



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681194 - SP (2021/0225245-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : LIDIANE APARECIDA DUVEZA DE BRITO
ADVOGADO : LIDIANE APARECIDA DUVEZA DE BRITO - SP437950
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YURI EDUARDO COSTA CHICONI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YURI EDUARDO COSTA CHICONI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2139774-79.2021.8.26.0000).

O paciente foi "detido no dia 09 de junho de 2021 por suposta prática do delito de tráfico de entorpecentes e a prisão em flagrante dele convertida em preventiva no dia seguinte" (fl. 217).

A parte impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos da preventiva, visto que, além das condições pessoais favoráveis do paciente, esse declarou-se usuário, hipótese corroborada pela baixa quantidade de droga apreendida (56g).

Traz apontamentos de que a esposa do paciente está grávida de 4 meses e que tem uma filha de 1 ano e 9 meses que dependem de seus cuidados. Assevera ainda sobre a pandemia de covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a prisão, com eventual aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque questões relativas à desclassificação do delito escapam, em regra, dos limites de atuação do habeas corpus.

Registre-se que "o *habeas corpus* não é a via adequada para discussão acerca da negativa de autoria ou mesmo da desclassificação para o delito de porte de substância para uso próprio, questões estas que demandam exame fático-probatório, incompatível com a via eleita, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária" (HC n. 618.026/AC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 3/12/2020).

Outrossim, o histórico do segregado – "ele possui condenação definitiva pelos crimes de tráfico de drogas e posse irregular de arma de fogo" (fl. 225) – é fundamento idônea à decretação da preventiva, o que afasta a plausibilidade da liminar no plantão.

Nesse sentido, veja-se:

3. O histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. (HC n. 304.240/BA, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 14/5/2015.)

Por seu turno, a questão relativa aos filhos nem sequer foi analisada pelo Tribunal, a evidenciar a supressão de instância pretendida pelo paciente.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente